

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

O risco interno

Muito mais que qualquer crise internacional ou ataque externo de surpresa à nossa economia, o que põe em risco a estabilização da moeda é, na opinião do ministro da Fazenda, Pedro Malan, o não-cumprimento de uma agenda interna que coloque o Brasil nos eixos.

"Se aqui dentro não conseguirmos nos convencer e mostrar a nós mesmos que podemos enfrentar os problemas de frente e que este país tem rumo, não há quem convença investidores externos de coisa alguma", argumenta Malan.

Ou seja, ele não concorda com o presidente Fernando Henrique Cardoso na avaliação de que o grande problema do país hoje vem de fora e pertence ao reino do imponderável. Pedro Malan acha que a situação externa é um fator de risco real, mas considera que a reação do governo na crise asiática de outubro melhorou comparativamente, em muito, a percepção internacional a respeito do Brasil.

Mas, para que ela se mantenha em tendência crescente, é preciso produzir aqui dentro providências concretas que sustentem não apenas uma imagem, mas construam uma realidade. Ele acha que muito de positivo já foi feito. Cita, além da ação de outubro, a aprovação rápida do pacote subsequente à crise, a limpada de pauta legislativa com a convocação extraordinária, a flexibilização na legislação trabalhista e a presença internacional mais ofensiva do Brasil.

Anuncia também que até o final de março o governo apresenta alguns pontos concretos da reforma fiscal para começarem a ser discutidos.

Só que a angústia premente de Malan, e por aí o ministro começa sua abordagem do tema, é a votação da reforma da Previdência, que, ele já se convenceu, ou é aprovada em primeiro turno ainda em fevereiro ou dificilmente a emenda será promulgada antes das eleições de outubro.

No Ministério da Fazenda ninguém tem certeza sobre o que acontecerá na votação em plenário na semana que vem, dado que o problema está nas mãos do Legislativo. Mas existe a convicção plena de que uma eventual rejeição do projeto de reforma será absolutamente desastrosa.

E aí, retoma-se a relação entre o que se faz aqui e os efeitos dessas ações lá fora.

Quem explica é Pedro Parente, secretário-geral do Ministério da Fazenda: "Quando, depois da crise, o Congresso retomou o ritmo das reformas e acelerou os trabalhos na convocação extraordinária, firmou-se a expectativa de que elas seriam aprovadas. A derrota, se acontecer, frustrará inteiramente essas expectativas. É o pior dos mundos."

Ambos os Pedros, Malan e Parente, não vêm saída:

"Temos três hipóteses: aumento de impostos, volta da inflação ou atraso no pagamento de aposentadorias e benefícios." Catastrofismo, jogo de pressão sobre o Congresso?

"De forma alguma", reage o ministro. "Com um déficit de R\$ 3,7 bilhões em 1997 e uma previsão de R\$ 5 bilhões para 1998, a Previdência não tem mais de onde tirar e alguém vai pagar a conta. Esse alguém é a sociedade, somos nós." Não que a aprovação vá render economias significativas de imediato. Se a emenda for aprovada em abril, o cálculo é que aquele déficit de R\$ 5 bilhões possa ser reduzido de algo em torno de R\$ 700 milhões. "O ganho vem com a progressividade, a cada ano aumenta a redução de gastos", aponta Parente.

"Isso não é coisa de burocrata insensível que fica nos gabinetes produzindo terrorismo. São dados reais", acrescenta.

A resistência para aprovação dessa reforma deixa Malan um tanto aturdido, mas não tão confuso nem envolvido só em números que não consiga montar um diagnóstico sobre a gênese dessa resistência.

Para ele, existem quatro linhas de comportamento nesse campo: a dos que agem de boa-fé e, sinceramente, acreditam que a reforma não é necessária; "Há a oposição que aposta que o fracasso do governo possa aumentar seu capital eleitoral, e esse jogo deveria ser explicitado"; resistem também os beneficiários dos privilégios a serem cortados; e se integram na batalha do contra "os que vêm nessa votação uma oportunidade para fazer trocas fisiológicas".

Em resumo, os problemas estão por todos os cantos: na oposição, na base aliada ao governo e na própria sociedade.

"O que é absurdo é que pessoas que pretendem defender a igualdade social acabam por defender uma cruel iniquidade, já que todos pagam para que poucos se aposentem cedo e tenham privilégios pelos quais não pagaram", diz o ministro. "O Brasil é um dos únicos sete países do mundo onde não há idade mínima para a aposentadoria e o único que paga adicional por inatividade."

Malan reconhece que boa parte das dificuldades, talvez a maior, esteja de fato entre os aliados. Só que isso com relação às reformas. No que se refere à política econômica de um modo geral, à estabilização da moeda, considera que está mais que na hora de a oposição explicitar se, afinal, compromete-se ou não com o projeto de combate à inflação. "Estamos no quinto ano consecutivo de controle e até hoje a oposição ainda não reconheceu que esse é um valor positivo para todo o país."

Aborda esse ponto para rebater as interpretações de que teria, ao desenvolver esse raciocínio publicamente dias atrás, proposto um pacto pelo qual a oposição referendaria a política econômica do governo. "Meu humor e minha ingenuidade ainda não chegaram a esse ponto."

"Sem reforma há três hipóteses: aumento de impostos, inflação ou atraso nos pagamentos."

Pedro Malan